



EDITAL RETI – RATI Nº 41/2016 DO EDITAL 63/2015

CONCORRÊNCIA Nº 07/2015

QUADRO DE RESUMO DA CONCORRÊNCIA:

TIPO DE LICITAÇÃO	MENOR VALOR DA TARIFA DO SERVIÇO PÚBLICO A SER PRESTADO
EMPREENDIMENTO	TRANSPORTE COLETIVO URBANO DE PASSAGEIROS DE BIRIGUI
OBJETO	Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de transporte coletivo urbano, pelo prazo de 10 (dez) anos, prorrogáveis por até 05 (cinco) anos, mediante concessão de lote único, nos termos do art. 175, 30, V da Constituição Federal; Lei Federal nº 8.987/95 e Lei Complementar nº 60/2014.
REGIME DE EXECUÇÃO	EXECUÇÃO INDIRETA POR CONCESSÃO PÚBLICA
VALOR MÁXIMO DA TARIFA	R\$ 3,50 (três reais e cinquenta centavos)
REFERÊNCIA DO ORÇAMENTO	08/2016
PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO	Da data da publicação do extrato até o término da concessão
PRAZO DE EXECUÇÃO DO SERVIÇO	10 anos, a contar da Ordem de Início de Serviços, prorrogável por até 05 (cinco) anos.
IMPUGNAÇÃO E PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS	Até 19/10/2016
ENTREGA DE ENVELOPES	Até 24/10/2016 ÀS 08:30 horas
VISITA TÉCNICA	Até o terceiro dia útil anterior à data da entrega dos envelopes previsto neste Edital (19/10/2016)
CRITÉRIO DE JULGAMENTO	Menor tarifa



ÍNDICE DO EDITAL DE CONCORRÊNCIA:

- 1. DO OBJETO**
- 2. DO REGIME DE EXECUÇÃO**
- 3. DA OPERAÇÃO DOS SERVIÇOS E METAS**
- 4. DAS CONDIÇÕES NECESSÁRIAS À PRESTAÇÃO ADEQUADA DOS SERVIÇOS**
- 5. DAS RECEITAS ALTERNATIVAS**
- 6. DOS ENCARGOS DO PODER CONCEDENTE**
- 7. DOS ENCARGOS DA CONCESSIONÁRIA**
- 8. DOS INVESTIMENTOS**
- 9. DO VALOR DA TARIFA ORÇADO PELA ADMINISTRAÇÃO**
- 10. DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO DE CONCESSÃO**
- 11. DA VISITA TÉCNICA**
- 12. DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO E IMPUGNAÇÕES**
- 13. DA DATA E LOCAL DA ENTREGA E ABERTURA DOS ENVELOPES**
- 14. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**
- 15. DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES**
- 16. DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO**
- 17. DA PROPOSTA COMERCIAL**
- 18. DA HABILITAÇÃO/INABILITAÇÃO E DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS**
- 19. DOS RECURSOS**
- 20. DA HOMOLOGAÇÃO, ADJUDICAÇÃO, REVOGAÇÃO OU ANULAÇÃO**
- 21. DA ASSINATURA DO CONTRATO DE CONCESSÃO**
- 22. DAS PENALIDADES**
- 23. DOS BENS REVERSÍVEIS**
- 24. DAS DESAPROPRIAÇÕES**
- 25. DOS VALES-TRANSPORTES, PASSES E CRÉDITOS ELETRÔNICOS**
- 26. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**



Anexo I - Projeto Básico do Sistema de Transporte Coletivo

Anexo II - Especificação Mínima dos Veículos

Anexo III – Lei de Mobilidade Urbana nº 12.587/12

Anexo IV - Sistema de Bilhetagem Eletrônica e GPS

Anexo V – Quadro de Indicadores de Desempenho

Anexo VI - Sistema de Informação ao Usuário

Anexo VII - Publicidade Institucional

Anexo VIII – Pontos (tipo, quantidade e localização) e Linhas (horários e distâncias)

Anexo IX - Orçamento Básico do Projeto (Planilha de Referência)

Anexo X – Direitos e Obrigações dos Usuários

Anexo XI – Modelo de Atestado de Visita Técnica

Anexo XII - Minuta de Contrato de Concessão

Anexo XIII - Modelo da Proposta Comercial

Anexo XIV – Modelo de Declarações

Anexo XV – Regulamento Sintético da Concessão

Anexo XVI – Média de Precipitação

Anexo XVII – Termo de Ajuste e Conduta

Anexo XVIII – Pasta Especificação Técnica

Anexo XIX – Publicação Ato Justificativo de Outorga de Concessão

Anexo XX – Termo de Ciência e Notificação



EDITAL RETI – RATI Nº 41/2016
CONCORRÊNCIA Nº. 07/2015

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRIGUI**, situada na Praça James Mellor, s/nº, Centro – Birigui - SP, através da Secretaria de Administração – Departamento de Materiais – Seção de Licitações, torna público que se acha aberta na modalidade **CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 07/2015** do tipo **MENOR PREÇO DA TARIFA PROPOSTA DO SERVIÇO PÚBLICO A SER PRESTADO**, (art. 20, I da Lei Complementar nº 60/2014) em conformidade com as Leis Federais nº 8.987/1995, nº 8.666/93 e nº 12.587/2012 e demais normas pertinentes ao assunto constante deste Edital, para **OUTORGA DE CONCESSÃO DO LOTE ÚNICO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE COLETIVO DE PASSAGEIROS DO MUNICÍPIO DE BIRIGUI-SP.**

1 - DO OBJETO

1.1 - O objeto da presente licitação é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇO EM TRANSPORTE COLETIVO URBANO, MEDIANTE CONCESSÃO POR LOTE ÚNICO, PELO PRAZO DE 10 (DEZ) ANOS, PRORROGÁVEIS POR ATÉ 05 (CINCO) ANOS, NOS TERMOS DOS ART. 175, 30, V DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, DA LEI FEDERAL Nº 8.987/95, LEI Nº 12.587/12 E DA LEI COMPLEMENTAR Nº 60/2014 DE BIRIGUI, NA CONFORMIDADE DO PRESENTE EDITAL E SEUS ANEXOS.**

2 - DO REGIME DE EXECUÇÃO

2.1 - A prestação de serviço, objeto do presente Edital, será executada sob o regime de **EXECUÇÃO INDIRETA**, mediante **concessão por lote único**, de forma exclusiva, com ônibus, distribuídos em linhas, determinadas pelo Poder Público, conforme apresentado no Anexo I - Projeto Básico do Sistema de Transporte Coletivo.

3 – DA OPERAÇÃO DOS SERVIÇOS E METAS

3.1. Operação dos Serviços

3.1.1 O serviço municipal de transporte coletivo de passageiros será operado de acordo com o presente edital e seus anexos, abrangendo todo o território do município de Birigui, SP.

3.1.2 O Projeto Básico, do qual o "Lote Único" é extraído, é composto por 10 linhas. Estas linhas serão operadas por uma frota operacional de 10 veículos padrão. A empresa contratada deverá ter em sua garagem 02 ônibus padrão como reserva em caso de quebra ou ocorrências que impossibilitem a continuação do percurso conforme Anexo I e IX.

3.2 Os objetivos e finalidades pretendidas pelo Poder Público para o serviço a ser transferido são:



3.2.1 Oferecer à população um sistema de transporte coletivo municipal integrado, racional, eficaz e capaz de produzir efeito indutor sobre a estrutura da cidade, coerente com o seu processo de consolidação, renovação e controle da expansão urbana;

3.2.2 Atender, plenamente, às diretrizes da Lei de Mobilidade Urbana (Lei nº 12.587/12) enquanto não for editado o Plano de Mobilidade Urbana Municipal;

3.2.3 A edição do referido Plano poderá ensejar a adequação da relação contratual. Precedente: TC 1471.989.12, do TCESP;

3.2.4 As metas de qualidade e desempenho a serem atingidas pela CONCESSIONÁRIA e respectivos instrumentos de controle e avaliação, na execução do Contrato, estão especificadas no Anexo V deste Edital (Lei 12.587/12, art.10, I e II).

4- CONDIÇÕES NECESSÁRIAS À PRESTAÇÃO ADEQUADA DOS SERVIÇOS (LEI 8.987/95, ART. 18, II E ART. 6º DA LEI COMPLEMENTAR Nº 60/2014)

4.1 Os serviços deverão ser executados de acordo com o presente Edital, com veículos equipados com sistemas de bilhetagem eletrônica e monitoramento por GPS, em conformidade com as normas, prazos e especificações constantes do Anexo I, bem como demais anexos e normas pertinentes, obedecendo aos procedimentos operacionais estabelecidos, de forma a atender as linhas regulares previstas.

4.1.1 A Licitante Vencedora, ao ser contratada, receberá o sistema de transporte operando da mesma forma que antes da licitação (situação atual), obrigando-se a executá-lo, nos prazos e condições estabelecidos no presente Edital e seus Anexos.

4.1.2 A Licitante Vencedora terá um prazo de até 15 (quinze) dias a contar do recebimento de Ordem de Serviços emitida após aprovação da Frota apresentada conforme Cláusula 4.3.1, para operar totalmente as linhas previstas no Projeto Básico (Anexo I), prazo esse que poderá ser prorrogado, se, antes de sua expiração, for protocolado requerimento escrito, juntando provas lícitas e legítimas da ocorrência de algum dos motivos do artigo 57 § 1º da Lei Federal nº 8.666/93.

4.1.3 A Licitante Vencedora terá um prazo de até 120 (cento e vinte) dias a contar do recebimento de Ordem de Serviços para implantar o **Sistema de Bilhetagem eletrônica e Monitoramento da Frota e Sistema de GPS**, conforme Quadro 2 de Investimentos da Cláusula 8ª deste Edital.

4.2 Todos os veículos da frota vinculada à concessão deverão atender às especificações do Código de Trânsito Brasileiro - CTB e demais normas da legislação federal pertinente (CONTRAN, CONMETRO, CONAMA) e àquela que trata da acessibilidade, a Lei 10.098/2000 e Decreto Federal 5.296/04, bem como às estabelecidas ou que vierem a ser determinadas pelo PODER CONCEDENTE ou por outros órgãos competentes e nestes últimos casos, sempre precedido do respectivo estudo de viabilidade técnica e readequação do equilíbrio econômico e financeiro do Contrato.



4.3 Todos os veículos a serem utilizados na prestação do serviço concedido devem ser previamente aprovados por vistoria do PODER CONCEDENTE, devendo possuir as especificações mínimas previstas no Anexo II deste Edital, podendo ser substituído, a critério do órgão fiscalizador, por laudo de vistoria Veicular emitido por empresa devidamente credenciada pelos órgãos públicos competentes.

4.3.1 A Licitante Vencedora deverá apresentar a frota com a qual cumprirá sua proposta no prazo de até 60 (sessenta) dias, após proclamado o resultado final do certame para que a Secretaria de Segurança Pública/Departamento de Trânsito do PODER CONCEDENTE, possa realizar a vistoria prévia dos veículos, bem como utilizar também de laudo de vistoria veicular se for o caso. Precedente: TC 1247.989.14-8, do TCESP.

4.3.2 A Licitante Vencedora deverá proceder ao agendamento através do telefone (18) 3642.2215, junto ao Departamento de Trânsito.

4.3.3 A frota deverá passar por vistoria do PODER CONCEDENTE, anualmente.

4.4. Idade da Frota:

4.4.1 Nenhum veículo a ser utilizado no cumprimento do contrato poderá ter mais de 08 (oito) anos de fabricação, sempre observando as inovações tecnológicas exsurgidas no curso do contrato (art. 38 § 5º da Lei complementar nº 60/2014), observado as disposições da idade média constante dos Anexos I e IX e facultado o emprego de veículos mais novos. Precedente: TC 1471.989.12, do TCESP.

4.4.1.1 As idades médias e máximas estabelecidas para a frota são: Para o início da prestação dos serviços: pelo menos metade da frota, com até 04 (quatro) anos de fabricação, e o restante até 08 (oito) anos de fabricação. A partir do segundo ano da prestação dos serviços: a idade média da frota não poderá ser superior a 05 (cinco) anos e a máxima individual de cada veículo será de 08 (oito) anos.

4.5 A Licitante Vencedora deverá implantar e operar, dentro do prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias contados da Ordem de Serviços, às suas expensas, o Sistema de Bilhetagem Eletrônica e Monitoramento, de acordo com as especificações contidas no Anexo IV e Quadro 2 de Investimentos.

4.6 A Licitante Vencedora deverá disponibilizar um Sistema de Controle Operacional informatizado, instalado na empresa, mantendo o banco de dados atualizado, prevendo-se no mínimo os seguintes itens:

4.6.1 Registro da frota, com a idade média e individual (anos inteiros);

4.6.2 Registro das linhas, itinerários com as respectivas quilometragens aferidas;

4.6.3 Tabelas dos horários previstos de início de todas as viagens de todas as linhas;

4.6.4 Dados operacionais realizados por período mensal (km, passageiros, frota operante, IPK e IPKeq);

4.6.5 Localização dos veículos através do GPS, nos termos do Anexo IV.



4.6.6 Distribuição da frota de veículos, disponibilizado por linha.

4.7 A Licitante Vencedora deverá implantar um Programa de Comunicação com os Usuários, através da Central de Informações (0800 ou similar) para reclamações, serviço de atendimento por internet e por telefone, quadro de divulgação de linhas, trajetos e horários disponibilizados aos usuários, conforme Anexo VI.

4.8 A Licitante Vencedora deverá disponibilizar tempo e ou espaço físico nas áreas internas e externas dos ônibus, abrigos, terminais ou estações de transbordo, para que o PODER CONCEDENTE efetue publicidade institucional, nos termos do Anexo VII.

4.9 A Licitante Vencedora compromete-se a não executar serviços de natureza diferente do objeto do presente certame, inclusive financeiros, sem autorização prévia do PODER CONCEDENTE.

4.10 A Licitante Vencedora se compromete a dar preferência na contratação de mão de obra ao pessoal disponível no município, que já atue na prestação do serviço de transporte coletivo, ressalvados os impedimentos legais e de saúde, conforme art. 12, IV, da Lei Federal nº 8.666/93. Precedente: TC 027189/026/11.

4.11 A Licitante Vencedora é responsável pela guarda e manutenção da frota com que cumprirá sua proposta, bem como pelas instalações onde administrará seus serviços.

5. RECEITAS ALTERNATIVAS (Lei Complementar Municipal n.º 60/2014, Art.11, e Lei n.º 12.587/12, Art.10, inciso V).

5.1 Será admitida, no exercício da Concessão, receitas alternativas derivadas de publicidade nos veículos (incluindo bilhetes), exceto as com conteúdo político-partidário, desde que respeitadas as exigências do item 4.9 deste Edital e do Anexo VII.

6- DOS ENCARGOS DO PODER CONCEDENTE (arts. 35 e 36 da Lei Complementar nº 60/2014), SEM PREJUÍZO DAS DEMAIS DISPOSIÇÕES DESTA EDITAL E SEUS ANEXOS.

6.1 Incumbe ao poder concedente:

6.1.1 regulamentar o serviço concedido e fiscalizar permanentemente a sua prestação;

6.1.2 aplicar as penalidades regulamentares e contratuais;

6.1.3 intervir na prestação do serviço, nos casos e condições previstos em lei;

6.1.4 extinguir a concessão, nos casos previstos nesta Lei e na forma prevista no contrato;

6.1.5 autorizar reajustes e revisões de tarifas na forma da Lei e das normas pertinentes ao contrato;

6.1.6 cumprir e fazer cumprir as disposições regulamentares do serviço e as cláusulas contratuais da concessão;

6.1.7 zelar pela boa qualidade do serviço, receber, apurar e solucionar queixas e reclamações dos usuários, que serão cientificados, em até trinta dias, das providências tomadas;



6.1.8 declarar de utilidade pública os bens necessários à execução do serviço ou obra pública necessária a sua execução, promovendo as desapropriações, diretamente ou mediante outorga de poderes à concessionária, caso em que será desta a responsabilidade pelas indenizações cabíveis;

6.1.9 declarar de necessidade ou utilidade pública, para fins de instituição de servidão administrativa, os bens necessários à execução de serviço ou obra pública, promovendo-a diretamente ou mediante outorga de poderes à concessionária, caso em que será desta a responsabilidade pelas indenizações cabíveis;

6.1.10 estimular o aumento da qualidade, eficiência do serviço de transporte público, preservação do meio ambiente e conservação;

6.1.11 incentivar a competitividade; e

6.1.12 estimular a formação de associações de usuários para defesa de interesses relativos ao serviço.

6.1.13 fiscalizar e ter acesso aos dados relativos à administração, contabilidade, recursos técnicos, econômicos e financeiros da CONCESSIONÁRIA, exclusivamente quanto ao objeto da Concessão; a fiscalização será feita por intermédio de órgão técnico do PODER CONCEDENTE ou por entidade com ele conveniada, e, periodicamente, conforme previsto em norma regulamentar, por comissão composta de representantes do PODER CONCEDENTE, da CONCESSIONÁRIA e dos usuários.

7- DOS ENCARGOS DA CONCESSIONÁRIA (ART. 37 da Lei Complementar nº 60/2014), SEM PREJUÍZO DAS DEMAIS DISPOSIÇÕES DESTE EDITAL E SEUS ANEXOS.

7.1 Incumbe à concessionária:

7.1.1 prestar serviço de transporte público coletivo adequado, na forma prevista na Lei Complementar, nas normas técnicas aplicáveis e no contrato;

7.1.2 manter em dia o inventário e o registro dos bens vinculados à concessão;

7.1.3 prestar contas da gestão do serviço ao poder concedente e aos usuários, nos termos definidos no contrato;

7.1.4 cumprir e fazer cumprir as normas do serviço e as cláusulas contratuais da concessão;

7.1.5 permitir aos encarregados da fiscalização livre acesso, em qualquer época, aos veículos, aos equipamentos de segurança e às instalações integrantes do serviço, bem como a seus registros contábeis;

7.1.6 promover as desapropriações e constituir servidões autorizadas pelo poder concedente, conforme previsto no edital e no contrato;

7.1.7 zelar pela integridade dos usuários do serviço público, dos bens vinculados à prestação do serviço, bem como segurá-los adequadamente; e

7.1.8 captar, aplicar e gerir os recursos financeiros necessários à prestação do serviço;



7.1.9 cumprir as normas de operação, manutenção e reparos;

7.1.10 somente contratar pessoal devidamente habilitado e com comprovada experiência para as funções de operação, manutenção e reparos dos veículos;

7.1.11 somente operar veículos que preencham os requisitos de circulação, conforme previstos nas normas regimentais ou gerais pertinentes, assegurando sua integridade, implantação e manutenção de melhorias nos equipamentos do sistema de transporte coletivo.

7.1.12 adequar a prestação de serviço de transporte coletivo à Lei Municipal que estabelecerá o Plano de Mobilidade Urbana do Município.

7.2 A CONCESSIONÁRIA deverá prestar os serviços de acordo com o modo, forma e condições, previstas neste Edital e seus Anexos.

7.2.1 A CONCESSIONÁRIA prestará o serviço de Transporte Coletivo Urbano de forma **INTEGRADA**, conforme Anexo IV. Esta integração abrange todas as linhas que constituem o sistema de transporte coletivo, objeto desta licitação, devendo adotar como limite mínimo de tolerância, a partir do registro do desembarque, para que o usuário possa embarcar em outro veículo.

7.2.2 A CONCESSIONÁRIA é obrigada a acatar todas as modificações operacionais determinadas pelo PODER CONCEDENTE com o objetivo de melhorar o atendimento aos usuários e a eficiência do sistema de transporte coletivo, sendo-lhe garantida a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato, quando for o caso.

7.3 Sem prejuízo das demais obrigações previstas em Lei, Edital, Contrato, e Proposta da CONCESSIONÁRIA, as quais devem ser cumpridas integralmente, consistem suas obrigações gerais:

7.3.1 Cumprir fielmente as disposições aplicáveis da legislação municipal, bem como dos demais diplomas legais e regulamentares que venham a ser instituídos durante a vigência do contrato;

7.3.2 Acatar as políticas e diretrizes estabelecidas pelo PODER CONCEDENTE, sempre mediante previsão legal.

7.3.3 Iniciar a prestação do serviço no prazo fixado neste Edital;

7.3.4 Cumprir normas e procedimentos operacionais, bem como as tabelas de horário que venham a ser fixadas pelo PODER CONCEDENTE, através das Ordens de Serviço - OS.

7.3.5 Atender às determinações do PODER CONCEDENTE, feitas por meio dos órgãos fiscalizadores.

7.3.6 Responder por todos os impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais que incidirem, direta ou indiretamente, sobre todas as atividades decorrentes do Contrato, incluindo as obrigações trabalhistas e previdenciárias.

7.3.7 Apresentar, sempre que solicitado pelo PODER CONCEDENTE, os comprovantes de recolhimento de todos os tributos e encargos sociais incidentes sobre a atividade da empresa



CONCESSIONÁRIA, bem como as certidões de regularidade fiscal exigidas para Habilitação na presente licitação.

7.3.8 Nomear prepostos para gerenciar a execução da presente Concessão, credenciando-os junto ao PODER CONCEDENTE.

7.3.9 Encaminhar ao PODER CONCEDENTE, sempre que solicitado, documentação pertinente aos serviços executados no cumprimento do objeto licitado.

7.3.11 Solicitar previamente autorização para as atividades acessórias que pretenda desenvolver.

7.3.12 Encaminhar, até o dia 31 de julho e 31 de janeiro de cada ano, ao órgão gerenciador (Departamento de Trânsito) indicado pelo PODER CONCEDENTE, relatório circunstanciado das atividades desenvolvidas no semestre anterior, contendo resumidamente:

7.3.12.1 Estado de conservação da frota em operação e idade de cada veículo (anos inteiros);

7.3.12.2 Média dos passageiros transportados nos dias úteis, sábados e domingos, por linha e por faixa horária;

7.3.12.3 Sugestões para o aperfeiçoamento dos serviços, que dependam da anuência do PODER CONCEDENTE, tais como expansão ou redução dos serviços, criação ou supressão de linhas e outras medidas operacionais;

7.3.12.4 Encaminhar ao PODER CONCEDENTE, quando solicitado, a demonstração financeira dos resultados obtidos pela CONCESSIONÁRIA no exercício anterior, até 30 dias após a data legalmente fixada para a apresentação pela CONCESSIONÁRIA da sua Declaração de Informações Econômico-fiscais da Pessoa Jurídica DIPJ à Receita Federal.

7.3.12.6 **Realizar os investimentos na forma, prazo e condições previstos neste Edital de Licitação e Anexos.**

7.3.12.7 Colocar permanentemente à disposição do usuário, contra o pagamento da tarifa de utilização efetiva, através dos meios de pagamento legalmente válidos, os serviços contratados, na forma, preços, percursos, horários e demais elementos do serviço, em conformidade com o presente Edital e seus Anexos;

7.3.12.8 Não interrupção das viagens, salvo em caso fortuito ou de força maior, caso em que a CONCESSIONÁRIA fica obrigada a realizar as providências necessárias para garantia, ao usuário, do prosseguimento de sua viagem.

7.3.12.9 Manter escrituração contábil, de acordo com as normas e padrões pertinentes, publicando, em jornal de circulação, no mínimo, no Município de Birigui, suas demonstrações financeiras, anualmente, no prazo em que a lei disciplinadora de suas regras societárias fixar para



serem exigíveis, remetendo exemplar da edição ao PODER CONCEDENTE, para anexação aos autos deste processo licitatório. Precedente: TC670.006.13, do TCESP.

7.4. Obrigações Específicas da CONCESSIONÁRIA sobre Pessoal:

7.4.1 Manter seus empregados devidamente identificados e adequadamente uniformizados, respondendo por atos e ações por eles praticados, que atentem à moral, aos bons costumes e aos direitos de terceiros, especialmente dos usuários;

7.4.2 Ressarcir o PODER CONCEDENTE por qualquer dano provocado por seus empregados ou prepostos, durante a execução dos serviços, praticados contra o patrimônio público municipal ou a terceiros;

7.5. Obrigações Específicas da CONCESSIONÁRIA Relativas à Operação dos Serviços de Transportes:

7.5.1 Na prestação dos serviços, deverão ser utilizados veículos que atendam às características técnicas e com idades limites determinadas pelo respectivo Edital de Licitação e seus Anexos, em perfeitas condições de uso e limpeza;

7.5.3 Substituir ou ampliar, se for o caso e de comum acordo com o PODER CONCEDENTE, após realização de estudo técnico específico, a frota necessária ao atendimento dos serviços, escopo desta Concessão, respeitando, sempre, o equilíbrio econômico-financeiro do Contrato;

7.5.4 Executar a programação diária dos serviços, atendendo as determinações das Ordens de Serviços emitidas pelo PODER CONCEDENTE. Quaisquer alterações das Ordens de Serviços terão de ser precedidas de realização de estudo técnico necessário, onde fique estabelecido que não houve ofensas ao equilíbrio econômico-financeiro do Contrato;

8- DOS INVESTIMENTOS

8.1 De acordo com as referências contidas no Anexo IX, nos prazos estabelecidos no Cronograma de cada investimento, a CONCESSIONÁRIA deverá realizar o montante de investimentos de **R\$ 9.679.753,02 (nove milhões, seiscentos e setenta e nove mil, e setecentos e cinquenta e três reais, e dois centavos).**

Quadro 1 – Investimentos Previstos e Cronograma

INVESTIMENTOS					
Item	Quantidades			Valor Unitário estimado (R\$)	Valor Total estimado (R\$)
1. Frota	Inicial	Renov.	Total		
	Ônibus Padrão (operacionais e reservas)	12	12	24	355.000,00



Total Frota	8.520.000,00
- Prazo máximo conforme cláusulas 4.1.2 e 4.3.1 deste Edital.	
- Fonte de Pesquisa: Grupo Ingá Veículos (orçamento) e Marcopolo S/A (cotação 30217568)	

2. Sistema de Bilhetagem eletrônica e Monitoramento da Frota e Sistema de GPS	Valor mensal por carro	Quant. de carros operacional	Valor total da mensalidade	Valor total em 10 anos
Investimento inicial do sistema (gestão dos projetos, implantação, treinamento, testes e acompanhamento, etc)	-----			96.858,00
Custo mensal de serviços (licenças de uso de softwares, suporte e assistência técnica dos sistemas e equipamentos, hospedagem em data center, etc)	138,06	10	1.380,60	165.672,00
Total Sistema de Bilhetagem eletrônica, Monitoramento e GPS				262.530,00
- Prazo: 120 dias a contar do recebimento da Ordem de Serviço.				
- Fonte de pesquisa: Transdata Indústria e Serviços de Automação Ltda. (proposta TDS 0883/15)				

3. Obras	
A) Reforma do Terminal Rodoviário Pedro Sanchez Y Sanchez, localizado no bairro Morumbi, com área de intervenção de 760,15 m², conforme projeto e planilha orçamentária elaborados pela Secretaria de Obras. Prazo: 12 meses a contar do recebimento de Ordem de Serviço específica, a ser emitida após a conclusão do investimento 2.	96.707,47
B) Reforma da Praça João Arsênio Vieira para implantação de Mini-terminal rodoviário, conforme projeto e planilha orçamentárias elaboradas pela Secretaria de Obras. Prazo: 06 meses a contar do recebimento de Ordem de Serviço específica, a ser emitida após a conclusão do investimento 3.A.	57.533,35
Total Obras	R\$ 154.240,82

4. Instalação de Abrigos e Pontos de Ônibus			
Instalação física dos abrigos e totens, conforme modelos discriminado no item 3.5 deste Anexo IX, nos locais especificados no Anexo VIII			
Tipo de abrigo	Quant	Custo unitário	Custo Total
Abrigo para passageiros, do tipo "A"	28	8.382,00	234.696,00
Abrigo para passageiros, do tipo "B"	67	6.953,10	465.857,70
Totens de indicação de ponto, do tipo "C"	127	335,50	42.608,50
Total Instalação de Abrigos e Pontos			743.162,20



Para o tipo A – 120 dias

Para o tipo B – 90 dias

Para o tipo C – 60 dias

***Todos a partir do recebimento de Ordem de Serviço específica, a ser emitida após a conclusão dos investimentos 3.A e B.**

Fonte de Pesquisa: Kraten Indústria e Comércio Ltda- EPP (orçamento RA/PR/KR-062)

TOTAL DE INVESTIMENTOS

R\$ 9.679.753,02

8.1.1 Faculta-se à Concessionária adiantar-se em relação ao Cronograma estipulado acima, caso não haja impedimento técnico.

8.2. Para os investimentos dos Quadros 3 e 4 a licitante vencedora deverá observar o seguinte:

8.2.1 Será de responsabilidade da Concessionária o fornecimento de toda mão de obra necessária para execução dos serviços, encargos e equipamentos, inclusive Equipamento de Segurança Individual – EPI de seus funcionários e uniforme, devendo observância obrigatória às Normas de Saúde e Segurança no Trabalho, constantes da Consolidação das Leis do Trabalho, da Portaria nº 3.214/78, do Ministério do Trabalho e de outras disposições relacionadas com a matéria e específicas para o presente objeto;

8.2.2 A Concessionária deverá elaborar folha de pagamento específica para a obra objeto do contrato apresentando relação nominal dos empregados designados para execução dos serviços, com CPF, cargo, valor do salário mensal, carga horária mensal trabalhada, período trabalhado, valor do INSS e do FGTS, Número de Identificação do Trabalhador - NIT, entre outras informações que se fizerem necessárias à verificação do efetivo e tempestivo controle do recolhimento dos encargos trabalhistas e previdenciários (FGTS e INSS);

8.2.3 A Concessionária deverá informar mensalmente em SEFIP/GFIP (Sistema Empresa/Guia de recolhimento do FGTS e informações à Previdência Social) as remunerações de todos os empregados envolvidos na execução da obra, de acordo com a legislação e os padrões estabelecidos pela Previdência Social e pela Caixa Econômica Federal, encaminhando cópia à Prefeitura;

8.2.4 A Concessionária deverá apresentar à Prefeitura cópia do recibo de remessa da GFIP;

8.2.5 A Concessionária deverá apresentar à Prefeitura as guias de INSS e do FGTS comprovando o efetivo recolhimento.

8.2.6 A Concessionária e eventuais subcontratadas deverão observar obrigatoriamente as normas técnicas de segurança e saúde no trabalho adequadas, conforme os compromissos oriundos do



Termo de Ajuste de Conduta nº 97/2014/MPT/PRT 15ª REGIÃO – PROCURADORIA DO TRABALHO NO MUNICÍPIO DE ARAÇATUBA.

8.2.7 Ao final da obra, a Concessionária deverá apresentar a competente Certidão Negativa de Débitos do INSS, CND, nos termos do artigo 71 da Lei nº 8666/93 e artigos 383, 405, 406 e 423 da Instrução Normativa RFB nº 971, de 13 de novembro de 2009;

8.2.8 Será considerada como previsível (ou ordinária) a média de dias de precipitação do Anexo XVI, oriunda de dados do Instituto Nacional de Meteorologia;

8.2.9 Também será considerada como previsível (ou ordinária) a precipitação média do Anexo XVI, oriunda de dados do Centro de Pesquisas Meteorológicas e Climáticas Aplicadas à Agricultura, da UNICAMP;

8.2.10 As chuvas compreendidas nas médias mencionadas na cláusula anterior não ensejarão a prorrogação do prazo de execução. Precedente: Acórdão nº 396/08 - Plenário do TCU.

8.2.11 A Prefeitura Municipal exercerá a fiscalização dos serviços, através da Secretaria de Obras, Engenheiro de Segurança do Trabalho, e Departamento de Recursos Humanos e/ou Secretaria de Finanças, ou por meio de empresa contratada, sem reduzir nem excluir a responsabilidade da Contratada;

8.2.12 À fiscalização por parte da Secretaria de Obras, ficará assegurada a prerrogativa de:

8.2.13 exigir o cumprimento integral dos projetos, prazos, especificações, detalhes e também das normas técnicas de execução dos serviços;

8.2.14 rejeitar todo e qualquer material ou serviço de má qualidade ou não especificado, e estipular o prazo para a sua correção, sem ônus para a Administração;

8.2.15 exigir a imediata substituição do técnico, mestre ou operários que não correspondam técnica ou disciplinarmente às necessidades da obra, sem prejuízo do cumprimento das condições contratuais;

8.2.16 decidir quanto à aceitação do material ou serviço “similar” ou especificado, sempre que ocorra motivo de força maior;

8.2.17 À fiscalização por parte do Engenheiro de Segurança do Trabalho, ficará assegurado o direito de:

8.2.18 fazer cumprir as obrigações inerentes ao Termo de Ajuste de Conduta nº 97/2014/MPT/PRT 15ª REGIÃO – PROCURADORIA DO TRABALHO NO MUNICÍPIO DE ARAÇATUBA, exigindo a observância de normas técnicas de segurança e saúde no trabalho adequadas, na forma prevista no art. 67 e seus parágrafos, combinado com art. 12, VI, ambos da Lei Federal nº 8.666/93, sob pena de penalização na forma da cláusula 6ª do instrumento contratual.

8.2.19 À fiscalização por parte do Departamento de Recursos Humanos e/ou Secretaria de Finanças, ficará assegurado o direito de:



8.2.20 Acompanhar se os empregados que trabalham na obra correspondem àqueles constantes dos assentamentos da folha de pagamento e se recebem regularmente os salários, fazendo juntar mensalmente às medições termo de acompanhamento;

8.2.21 qualquer comunicação, ordem de serviço, reclamação, imposição de multas, intimação, exigência etc., entre a Contratada e o Setor responsável da Prefeitura, será feita por escrito, devidamente protocolada.

8.2.22 As contratações, inclusive de mão de obra, feitas pela concessionária serão regidas pelas disposições de direito privado e pela legislação trabalhista, não se estabelecendo qualquer relação entre os terceiros contratados pela concessionária e o poder concedente.

8.2.23 A CONCESSIONÁRIA deverá reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir total ou parcialmente às suas expensas, serviços, objeto do contrato em que se verifiquem defeitos, incorreções resultantes da execução irregular dos serviços por ela executados, pelo prazo de cinco anos, a contar da data da extinção da concessão.

8.2.24 A CONCESSIONÁRIA deverá retirar todo o entulho decorrente da execução dos serviços, deixando o local totalmente limpo em todas as áreas trabalhadas.

8.2.25 A CONCESSIONÁRIA quando da assinatura do contrato deverá apresentar ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) do Técnico responsável pelos serviços a serem executados, devidamente recolhida.

8.2.26 Correrá por conta da CONCESSIONÁRIA todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, conforme disposição do Art. 71 da Lei Federal 8.666/93.

8.2.27 Os colaboradores da CONCESSIONÁRIA deverão usar E.P.I. e E.P.C., quando necessários e de acordo com a legislação que rege a matéria de Segurança e Medicina do Trabalho.

8.3 Eventuais bens e serviços sem similaridade ou de marcas, características e especificações exclusivas constantes nos orçamentos que servem como fonte de pesquisa do quadro de investimentos acima não vinculam as licitantes, as quais apenas se obrigarão por requisitos equivalentes às especificações dos anexos deste Edital, no tocante a: segurança; funcionalidade e adequação ao interesse público; economia na execução, conservação e operação; facilidade na execução, conservação e operação, sem prejuízo da durabilidade da obra ou do serviço; e adoção das normas técnicas, de saúde e de segurança do trabalho adequadas.

8.4 As condições das cláusulas 14.1.a e 14.2, bem como das 16.2.c, 16.2.e e 16.2.f deste Edital aplicar-se-ão a eventual empresa contratada pela CONCESSIONÁRIA, nos termos do § 1º do artigo 25 da Lei nº 8.987/95.

9- DO VALOR DA TARIFA ORÇADA PELA ADMINISTRAÇÃO



9.1 O valor da tarifa orçada pela Administração de **R\$ 3,50 (três reais e cinquenta centavos)** é o **valor MÁXIMO estabelecido para a Tarifa a ser apresentada na Proposta Comercial das Licitantes**, valor este que a **PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRIGUI**, teve como base de referência os preços de insumos, salários e benefícios.

9.2 A referência do orçamento elaborado é **AGOSTO/2016**.

9.3 Critério de Reajuste e Revisão da Tarifa (Lei 8.987/95, art. 18º, VIII E LEI 12.287/2012, art. 9º e art.10º, III).

- Das tarifas:

9.3.1 A tarifa da prestação do serviço de transporte público coletivo deverá ser constituída pelo preço público cobrado do usuário pelos serviços somados à receita oriunda de outras fontes de custeio, de forma a cobrir os reais custos do serviço prestado ao usuário pela CONCESSIONÁRIA, além da própria remuneração da CONCESSIONÁRIA.

9.3.1.1 A Tarifa da Concessionaria será aquela apresentada na proposta vencedora da licitação.

9.3.1.2 A base de referência dos preços dos insumos, salários e benefícios que embasaram o cálculo da Tarifa de Referência de R\$ 3,50 e que considera os dados operacionais do Projeto Básico, são de agosto de 2016, conforme apresentado no Anexo IX.

9.3.1.3 A Tarifa de R\$ 3,50 (três reais e cinquenta centavos) é o valor MÁXIMO estabelecido para a Tarifa a ser apresentada na Proposta Comercial das Licitantes.

9.3.2 O preço público cobrado do usuário pelo uso do transporte público coletivo denomina-se tarifa pública, sendo instituída por ato específico do PODER CONCEDENTE.

9.3.3 Face à manutenção do princípio da modicidade e do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato, considera-se justa a remuneração que atenda, pelo menos, aos seguintes fatores básicos (em conformidade aos dados constantes em Anexo IX de referência fornecido pela Secretaria de Segurança Pública em conjunto com a Secretaria de Finanças):

9.3.3.1 Despesas de operação;

9.3.3.2 Custos de depreciação sobre todos os bens envolvidos na prestação dos serviços, compatível com os prazos e com o regime de depreciação;

9.3.3.3 Remuneração de todo o capital empregado para a execução dos serviços, direta ou indiretamente, como por exemplo: garagens e suas benfeitorias, frota, máquinas, instalações, ferramentas, equipamentos e almoxarifado;

9.3.3.4 Despesas com encargos tributários e sociais, despesas administrativas, seguros, outorga e demais despesas e custos previstos ou autorizados;

9.3.3.5 Amortização dos Bens Reversíveis;



9.3.3.6 Custos necessários à disponibilização para venda de créditos eletrônicos em seus pontos de vendas internos ou externos.

9.3.3.7 Outros que vierem a ser exigidos no cumprimento da tarifa pública, não previstos neste Edital e seus Anexos, desde que mantido o equilíbrio econômico-financeiro do Contrato.

9.3.4 A CONCESSIONÁRIA poderá propor ao PODER CONCEDENTE, e, caso autorizado, adotar medidas de reduções tarifárias em horários ou locais específicos, ou medidas promocionais de fidelização de passageiros, inclusive de caráter sazonal, sem que isso possa gerar qualquer direito à solicitação de revisão da tarifa de remuneração.

9.3.5 As gratuidades são as previstas no art. 16 da Lei Complementar 60/2014 e, as isenções parciais são as constantes do art. 17 do mesmo Diploma Legal, regulamentado pelo Decreto nº 5.432, de 08 de junho de 2.015.

9.3.5.1 A Licitante, com a entrega da proposta, expressa que concorda com as gratuidades e isenções previstas na legislação citada, bem como efetuará o cadastramento e distribuição, a todas as categorias de gratuidade, de cartões especiais acoplados a controle eletrônico.

9.4 O Contrato estará equilibrado econômico e financeiramente se as receitas da CONCESSIONÁRIA cobrirem os custos previstos a partir de sua Proposta Comercial, medidos pelos mesmos coeficientes técnicos de consumo dos insumos, aplicados a cotações atualizadas dos mesmos.

9.5. Dos reajustes:

9.5.1 A Tarifa será objeto de Reajuste com o uso da fórmula paramétrica apresentada no item 9.5.2, considerando como data-base a data limite para apresentação da proposta, ressalvada a hipótese da parte final da cláusula 9.6.1.1 a seguir, por ato do Poder Executivo, na forma da Lei Orgânica do Município, anualmente, desde que, não haja alteração significativa na produtividade do serviço (passageiros transportados por veículo e por quilômetro rodado) e que, comprovadamente, em virtude da elevação ou redução de preços da atividade, afetem o equilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão, e observando-se, em qualquer caso, as disposições pertinentes da Lei Federal nº 12.587/2012.

9.5.2 Os valores contratuais serão reajustados de acordo com a seguinte expressão:

$$R = [(0,33 \times i_1) + (0,31 \times i_2) + (0,23 \times i_3) + (0,13 \times i_4)]$$

Sendo:

R . Índice de reajuste a aplicar entre os períodos considerados

i1 . Variação do Reajuste Salarial. dado pela empresa operadora.

i2 . Preço médio praticado ao Distribuidor para o Estado de São Paulo, da Síntese dos Preços Praticados. SUDESTE, RESUMO II. Diesel R\$/l da ANP . Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis;



i3 . Variação do índice de Preços do Consumidor Amplo. Origem da FGV código 1006829 IPA-Origem - OG-DI - Produtos Industriais - Indústria de Transformação - Veículos Automotores, Reboques, Carrocerias e Autopeças;

i4 . Índice acumulado do IPC do IGP-DI/FGV.

OBS.: Nos itens i2, i3 e i4 a variação citada refere-se aos meses do intervalo, começando 3 meses antes do último reajuste e até 3 meses antes da solicitação do novo reajuste, devido à disponibilidade dos dados publicados. Para o cálculo do Reajuste do valor da tarifa será considerada a efetivação dos acordos salariais das categorias profissionais envolvidas na execução dos serviços, ora licitado.

9.5.2.1 No caso da paralisação da publicação dos índices elencados, os mesmos serão substituídos por outros equivalentes, de comum acordo.

9.5.3 O reajuste deverá ser requerido pela CONCESSIONÁRIA até trinta dias antes do aniversário da abertura de sua proposta, competindo-lhe o ônus de comprovar os fatos constitutivos do direito previsto nas cláusulas 9.5.1 e 9.5.2 acima, conforme circunstâncias nelas relacionadas, sob pena de preclusão dele quanto ao período correspondente e admissão de que o contrato se encontra perfeitamente equilibrado.

9.6. Das revisões:

9.6.1 Caso demonstrada a ocorrência de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato serão tomadas medidas para a recomposição do mesmo, levando-se em conta a estrutura e os índices técnicos da planilha tarifária devidamente reavaliada.

9.6.1.1 Após cada recomposição de equilíbrio econômico-financeiro do Contrato, os eventuais reajustes tarifários voltam a ser calculados pela fórmula paramétrica, devidamente reavaliada em seus pesos paramétricos, decorrentes da recomposição e manutenção do equilíbrio econômico e financeiro do Contrato, observado o art. 2º, § 2º da Lei Federal nº 10.192/2001.

9.6.2 O PODER CONCEDENTE poderá, em caráter excepcional, proceder à revisão extraordinária das tarifas, por ato de ofício ou mediante provocação da CONCESSIONÁRIA, caso em que esta deverá demonstrar sua cabal necessidade, instruindo o requerimento com todos os elementos indispensáveis e suficientes para subsidiar a decisão, cuja publicidade se dará na forma da Lei Orgânica do Município.

9.6.3 A aferição da necessidade de revisão dar-se-á, dentre outros, nos seguintes casos, que poderão ocorrer simultaneamente ou não, desde que comprovadamente gerem desequilíbrio econômico-financeiro do contrato:

9.6.3.1 Sempre que ocorrer modificações operacionais determinadas pelo PODER CONCEDENTE com o objetivo de melhorar o atendimento aos usuários e a eficiência do sistema de transporte coletivo, de comprovada repercussão nos custos da CONCESSIONÁRIA, para mais ou para menos, conforme o caso;



9.6.3.2 Sempre que ocorrer variação da composição de investimentos em frota, decorrente de determinação do PODER CONCEDENTE, em razão de acréscimo ou diminuição de veículos, mudança de modal ou tipo de veículo, ou modificação de vida útil ou idade média máxima;

9.6.3.3 Sempre que houver acréscimo ou supressão dos encargos previstos no Projeto Básico, para mais ou para menos, conforme o caso;

9.6.3.4 Quando da implantação de ações que interfiram na rede de transportes recomendadas e resultantes do Plano de Mobilidade Urbana a ser elaborado pelo PODER CONCEDENTE, que comprovadamente altere os encargos da CONCESSIONÁRIA, para mais ou para menos;

9.6.3.5 Ressalvados os impostos sobre a renda, sempre que forem criados, alterados ou extintos tributos que incidem sobre o serviço ou a receita da CONCESSIONÁRIA ou sobrevierem disposições legais, após a data de apresentação das propostas, de comprovada repercussão nos custos da CONCESSIONÁRIA, para mais ou para menos, conforme o caso;

9.6.3.6 Sempre que ocorrências supervenientes, decorrentes de força maior, caso fortuito, fato do príncipe, fato da Administração ou de interferências imprevistas resultem, comprovadamente, em acréscimo ou redução dos custos da CONCESSIONÁRIA;

9.6.3.7 Sempre que houver alteração unilateral do Contrato, que comprovadamente altere os encargos da CONCESSIONÁRIA, para mais ou para menos, conforme o caso, consoante Art. 9º, § 4º, Lei 8.987/95.

10- DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO DE CONCESSÃO

10.1 O prazo de vigência do contrato que advier da presente licitação inicia-se a partir da data da publicação resumida do instrumento de contrato na Imprensa Oficial, encerrando-se na data do término da concessão, prevista para acontecer em 10 (dez) anos.

10.2 O Contrato de Concessão é prorrogável por até 05 (cinco) anos, se observadas as condições contratuais.

11 - DA VISITA TÉCNICA

11.1 Todas as informações básicas para elaboração da proposta, encontram-se inseridas neste Edital e seus Anexos, sendo, todavia, exigida visita técnica, conforme a Lei Municipal nº 4.752/2.006. A visita técnica deverá ser realizada por pessoa credenciada pela Licitante no prazo estabelecido no Quadro Resumo do presente Edital e mediante agendamento, pelo telefone (18) 3642-2215, ou diretamente no Departamento Trânsito – Secretaria de Segurança Pública, cujo horário de expediente desta Prefeitura Municipal de Birigui é das 07:30 às 17:00.



11.2 Na visita técnica as Licitantes, acompanhados dos representantes da PODER CONCEDENTE, visitarão o sistema de transporte do município, percorrendo um roteiro formado pelas principais linhas hoje existentes.

11.3 Qualquer questionamento feito durante a visita técnica será reduzido a termo pela própria Licitante e respondido no momento igualmente a termo no momento ou posteriormente pelo PODER CONCEDENTE, sendo estas perguntas e respostas enviadas a todas as Licitantes que adquiriram o Edital, nos endereços fornecidos quando da aquisição do mesmo, e devidamente publicado no site da Prefeitura de Birigui, www.birigui.sp.gov.br. O questionamento e a resposta passarão a fazer parte integrante do processo licitatório.

11.4 Participarão da visita técnica, pessoas físicas devidamente credenciadas pelas licitantes, podendo participar mais de uma pessoa por Licitante, desde que uma delas seja o seu representante legal ou procurador com poderes específicos para os fins de representá-la neste ato.

11.5 Após o cumprimento de todo o roteiro da visita técnica, a Licitante receberá o Atestado de Visita Técnica (Anexo XI) que se constituirá em documento exigido para Habilitação, **que deverá obrigatoriamente fazer parte do “Envelope 01” “DOCUMENTAÇÃO HABILITAÇÃO”**.

12 - DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES:

12.1 As licitantes poderão impugnar ou solicitar esclarecimentos, por escrito, até 19 de outubro de 2016, na **PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRIGUI**, das 07:30 às 13:00 horas, na **Rua Santos Dumont, 28, Centro – Birigui -SP ou por fac-símile nº (18) 3643-6139 (endereço a Seção de Licitações)**.

12.2 As respostas aos esclarecimentos solicitados na forma acima serão divulgados pela **PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRIGUI**, em seu sítio virtual, no link relativo ao presente certame.

12.3 No caso de ausência de solicitação pelas licitantes, de esclarecimentos adicionais aos ora fornecidos, pressupõe-se que os elementos constantes deste ato convocatório são suficientemente claros e precisos, não cabendo, portanto, posteriormente, qualquer reclamação.

12.4 Os interessados em participarem da presente licitação poderão examinar e retirar a Pasta contendo o Instrumento Convocatório e seus Anexos, sendo que, para cobrir os custos do fornecimento da Pasta, conforme parágrafo quinto do artigo 32 da Lei de Licitações, deve ser pago, junto ao Posto Bancário que funciona no prédio da Prefeitura, sito na Rua Osvaldo Cruz, 146, por meio de Guia de Recolhimento fornecida pela Secretaria de Finanças, o valor de R\$ 30,00, ou, **gratuitamente**, através do site www.birigui.sp.gov.br. Os fornecimentos encerrar-se-ão às 13:00 horas do dia 19/10/2016.

12.5 As impugnações feitas tempestivamente, após devidamente instruídas, serão encaminhadas à Autoridade Competente para julgamento, dando-se publicidade das decisões, através de publicação na



Folha da Região e no site www.birigui.sp.gov.br., bem como por e-mail a todos que se identificarem ou adquirirem o edital.

13 - DA DATA E LOCAL DA ENTREGA E ABERTURA DOS ENVELOPES:

13.1 As licitantes deverão protocolar seus envelopes DOCUMENTAÇÃO e PROPOSTA até dia 24/10/2016, às **08:30 horas**, na Rua Santos Dumont, 28, Centro, Birigui / SP, Departamento de Materiais/Seção de Licitações, ocasião em que se dará a sessão de abertura da licitação.

13.1.1 A Prefeitura de Birigui aceitará o envio dos envelopes via correio, desde que sejam entregues até a data e o horário previstos para a protocolização deles.

13.2 Os interessados que acudirem ao presente certame devem atentar ao horário fixado para entrega dos envelopes, e ainda para o tempo que possa ser despendido com sua identificação na recepção do prédio, pois eventuais atrasos não serão tolerados.

13.3 Até a abertura do certame, os envelopes ficarão em poder da Seção de Licitações e não serão devolvidos às licitantes.

14 - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

14.1 Poderão participar desta licitação todas as pessoas jurídicas devida e legalmente habilitadas que atenderam as condições do presente Edital e seus Anexos e que:

a) Não tenham em seu quadro societário ou laboral servidores desta Prefeitura, outros agentes vinculados ao Poder Executivo ou Legislativo deste Município, inclusive da Administração indireta, bem como quaisquer pessoas que mantenham vínculos na forma do art. 9º da Lei Federal nº 8.666/93, do art. 56-A da Lei Orgânica do Município de Birigui e do art. 177, XII e XVIII da Lei Municipal nº 3.040/93.

b) Não esteja em processo de falência (Precedente: Processo nº 0588-94.2015.8.26.0094, do TJSP).

c) Não estejam penalizadas com suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Birigui ou declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública (Precedente: acórdão nº 2242/2013 do plenário do TCU).

d) Não tenham sido julgadas responsáveis por ato de improbidade, enquanto durarem os prazos estabelecidos nos incisos I, II e III do art. 12 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, sendo estendidos todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica aos seus administradores e sócios com poder de administração.

e) Cujos administradores e sócios com poder de administração não tenham sido julgados responsáveis por falta grave e inabilitados para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, enquanto durar a inabilitação.



f) Não estejam proibidas de contratar com o Poder Público e de participarem de licitação pelo art. 10 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1988.

14.2 Não será admitida a participação de ONG, OSCIP, Cooperativa ou empresas em Consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição, conforme art. 25 da Lei Complementar Municipal nº 60/2014 e Súmula 281 do TCU.

14.2.1 Não será admitida também a participação de grupo industrial, comercial ou de qualquer outra atividade econômica que para furtar-se dos efeitos danosos das sanções previstas nos itens anteriores, participe com a empresa principal ou subordinada, ou constitua nova empresa em fraude à lei (Precedente STJ – Recurso ordinário em Mandado de Segurança RMS 15.166-BA; CLT, art. 2º, § 2º).

14.3 A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste instrumento convocatório ou para provocar confusão patrimonial, sendo estendidos todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica aos seus administradores e sócios com poderes de administração, observados o contraditório e a ampla defesa (redação conforme artigo 14, da Lei 12.846/2013).

14.4 O ato da entrega dos envelopes “DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA” pela empresa licitante já caracteriza declaração desta, sob as penas da lei, de que conhece todos os termos do edital e com eles concorda.

15 - DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES:

15.1 A Documentação de Habilitação e a Proposta Comercial deverão ser apresentadas em 2 (dois) envelopes distintos, fechados e indevassáveis, identificados na seguinte forma:

ENVELOPE Nº 1 - DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

CONCORRÊNCIA Nº 07/15

PROCESSO Nº. 63/15

EDITAL RETI RATI Nº 41/2016

DENOMINAÇÃO DA LICITANTE:

OBJETO:

ENVELOPE Nº 2 - PROPOSTA COMERCIAL

CONCORRÊNCIA Nº 07/15

PROCESSO Nº. 63/15

EDITAL RETI RATI Nº 41/2016

DENOMINAÇÃO DA LICITANTE:

OBJETO:

15.2 O conteúdo dos envelopes será apresentado cada qual em uma única via, com todos os elementos de cada um dos envelopes agrupados, preferencialmente, em pastas, cadernos ou volumes, com suas folhas rubricadas e numeradas sequencialmente da primeira à última, independentemente de estarem



montadas em mais de um volume, de forma que a numeração da última folha reflita exatamente a quantidade total de folhas da respectiva documentação.

16 - DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO:

O Envelope 'Documentos de Habilitação', deverá conter os documentos a seguir:

16.1 – Habilitação Jurídica

- a) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- b) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades simples, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- c) *Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.*

16.2 – Regularidade Fiscal e Trabalhista

- a) Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ, de forma que o objeto do cadastro seja compatível com o objeto ora licitado, e contenha como atividade econômica principal o transporte de passageiros, urbanos ou rodoviários.
 - b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, se houver, relativo a sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame;
- NOTA:** Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se a licitante for filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- c) Prova da regularidade fiscal de todos os tributos federais, inclusive contribuições previdenciárias, tanto no âmbito da Receita Federal quanto no âmbito da Procuradoria da Fazenda Nacional, emitidas conforme a Portaria MF 358, de 05 de setembro de 2014;
 - d) Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Estadual (Certidão de regularidade de débito para com a Fazenda Estadual da sede da licitante, expedida pelo órgão competente);
 - e) Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Municipal (Tributos Mobiliários do domicílio ou sede do licitante e em nome do mesmo, quando expedidas em separado);
 - e) Prova de regularidade relativa ao FGTS, através de Certificado expedido por sistema próprio da C.E.F. (Caixa Econômica Federal), demonstrando a situação regular da Empresa no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei;



f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.” (NR)

NOTA: Para fins de habilitação serão aceitas Certidões Positivas de Débitos com Efeito de Negativa, nos termos do art. 206 da Lei Federal nº 5.172/66 – Código Tributário Nacional, bem como certidões unificadas, emitidas conforme a Portaria MF 358, de 05 de setembro de 2014.

16.3 - Qualificação Econômica-Financeira

16.3.1 Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigível e apresentado na forma da lei, que comprove a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta;

16.3.1.1 serão considerados aceitos na forma da lei o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados:

16.3.1.1.1 publicados na imprensa oficial, tratando-se de sociedade anônima ou por ações;

16.3.1.1.2 para os demais tipos societários por publicação em jornal;
ou

16.3.1.1.3 por cópia ou reprodução registrada ou autenticada, do Livro, Termo ou Autenticação Digital na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante; ou

16.3.1.1.4 por cópia reprográfica das páginas do Livro Diário onde foram transcritos o Balanço e a Demonstração de Resultado, com os respectivos Termos de Abertura e Encerramento do Livro Diário, registrados na Junta Comercial ou outro órgão equivalente;

16.3.1.1.5 em se tratando de empresa constituída há menos de 1 (um) ano, a documentação acima referida deverá ser substituída pela demonstração contábil relativa ao período de funcionamento ou balanço de abertura;

16.3.1.2 os documentos exigidos no subitem anterior devem ser assinados pelo contabilista legalmente responsável, devidamente identificados;

16.3.1.3 demonstrativo em papel timbrado da empresa e assinado por seu representante legal, comprovando a boa situação financeira da licitante que será verificada através dos índices: ILG (Índice de Liquidez Geral), ILC (Índice de Liquidez Corrente) e ISG (Índice de Solvência Geral), os quais deverão ser calculados e apresentados pela licitante, mediante a aplicação das seguintes fórmulas:

ILG – Índice de Liquidez Geral

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo



Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo

ILC – Índice de Liquidez Corrente

Ativo Circulante

Passivo Circulante

ISG – Índice de Solvência Geral

Ativo Total

Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo

16.3.1.3.1 Somente serão Habilitadas as empresas que obtiverem os índices de Liquidez Geral, Liquidez Corrente e Solvência Geral, igual ou maior que um (= ou > 1);

16.3.1.3.2 não serão aceitas fórmulas alternativas para os índices contábeis, reservando-se, ainda, à Prefeitura Municipal de Birigui, o direito de reclassificar contas, se necessário for, de acordo com a legislação vigente, sem prejuízo de encaminhamento aos órgãos competente pra responsabilização, na hipótese de demonstrações fraudulentas.

16.3.1.4 Prova de patrimônio líquido, admitida atualização nos termos do art. 31, §3º da Lei Federal nº 8.666/93, não inferior a **R\$ 89.740,30 (oitenta e nove mil, setecentos e quarenta reais, e trinta centavos), correspondente à 10% do valor estimado de investimentos em bens reversíveis (quadros 3 e 4 da Cláusula 8.1 deste Edital)**. Precedente: TC 965.989.14-8, do TCESP.

16.3.2 Certidão negativa de falência e concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

16.3.3 Certidão negativa de recuperação judicial ou extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

16.3.4 Nas hipóteses em que a certidão encaminhada for positiva, deve a licitante apresentar comprovante da homologação/deferimento pelo juízo competente do plano de recuperação judicial/extrajudicial em vigor.

16.3.5 Para o caso de empresas em recuperação judicial, deverá estar ciente de que no momento da assinatura do contrato deverá apresentar cópia do ato de nomeação do administrador-judicial ou se o administrador for pessoa jurídica, o nome do profissional responsável pela condução do processo e, ainda, declaração, relatório ou documento equivalente do juízo ou do administrador, de que a LICITANTE está cumprindo o plano de recuperação judicial.



16.3.6 Para o caso de empresas em recuperação extrajudicial, deverá estar ciente de que no momento da assinatura do contrato deverá apresentar comprovação documental de que está cumprindo as obrigações do plano de recuperação extrajudicial.

16.4 - Documentos relativos à qualificação técnica:

a) Comprovação de aptidão para o desempenho de atividade de transporte de passageiros, por meio da apresentação de **atestado(s) genéricos**, expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, necessariamente em nome do licitante. Precedente: TC 034264/026/10 do TCESP.

16.5 – Declarações Integrantes do Anexo XIV;

16.6 – Atestado de Visita Técnica- Anexo XI;

16.7 - Os documentos de habilitação poderão ser apresentados no original ou cópia autenticada, nos termos do Art. 32 da Lei 8.666/93, sendo que, no caso de pedido para autenticação através de servidor público da Prefeitura Municipal de Birigui, o pedido deverá ser realizado em até o dia útil anterior ao designado para a sessão pública de abertura dos Envelopes.

16.8 - A Comissão de Licitações da **PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRIGUI** poderá solicitar esclarecimentos e informações adicionais para dirimir dúvidas que, a seu exclusivo critério, venham a surgir no exame da documentação apresentada, sendo, porém, expressamente vedada a anexação posterior de documento de habilitação que deveria constar do respectivo envelope, observada a cláusula 18.1 do presente Edital.

16.9 - Sendo os documentos constante no subitem 16.5 de natureza declaratória, sua falta entre os documentos de habilitação, poderá ser objeto de saneamento mediante prazo estabelecido pela Comissão Permanente de Licitações, facultando-se a Comissão fazê-lo durante a sessão.

17 - DA PROPOSTA COMERCIAL:

17.1 O envelope de **Proposta Comercial** deverá conter a Carta Proposta Comercial, preenchida conforme minuta anexa a este edital (**Anexo XIII**), devidamente assinada por responsável legal da licitante, com sua identificação e cargo, contendo o carimbo com CNPJ e a denominação da empresa, na qual o preço da Tarifa proposta esteja expresso em algarismo e por extenso.

17.2 Serão desclassificadas as propostas das licitantes que apresentem preço de Tarifa Proposta superior ao máximo estabelecido no item 9.1.

17.3 A Licitante deverá elaborar e anexar em sua proposta, a Planilha Tarifária do GEIPOT - Ministério dos Transportes, com Resumo do Cálculo Final da Tarifa proposta, contendo os elementos de acordo do modelo do Anexo IX.

17.3.1 Os dados operacionais da situação do Projeto Básico, bem como os investimentos, coeficientes de consumo e preços unitários que compõe os custos operacionais, são fornecidos nos Anexos do presente Edital, especialmente Anexos I e IX.



17.3.2 O preço da Tarifa constante da proposta da Licitante será de sua exclusiva responsabilidade, a partir dos Anexos do presente Edital, especialmente I e IX, não cabendo ao Poder Público qualquer responsabilidade pelo preço apresentado.

17.3.3 A proposta engloba todos os investimentos, insumos e despesas diretas e indiretas necessárias ao cumprimento das obrigações operacionais previstas no Edital e Anexos, tais como: materiais, mão de obra, serviços, taxas, impostos, encargos trabalhistas e sociais, energia elétrica, abastecimento de água, consumo de combustível, consumo de outros materiais e serviços, todas as despesas administrativas e outras que se fizerem necessárias.

17.3.4 Oferecendo proposta, a licitante assume integralmente a responsabilidade sobre os recursos humanos, veículos, instalações, materiais e equipamentos adquiridos, contratados e utilizados para execução dos serviços, inclusive o sistema de operação e controle, tanto no que se refere ao seu pagamento, quanto à sua qualidade e produtividade;

17.4 A proposta terá validade não inferior a 90 (noventa) dias da sua data de entrega, prazo este que ficará suspenso em caso de interposição de recursos, até a publicação do respectivo julgamento. Precedente: RO em MS 15.378, da 1ª T. Do STJ.

18 - DA CLASSIFICAÇÃO DA HABILITAÇÃO/INABILITAÇÃO E DAS PROPOSTAS;

18.1 No horário e local indicados no Quadro Resumo, terá início a abertura do envelope HABILITAÇÃO e estará encerrada a entrega de envelopes prevista na cláusula 13 do presente Edital e, por consequência, a possibilidade de admissão de novos participantes no certame.

18.2 Encerrada a fase da Habilitação, será aberto o invólucro com as propostas dos licitantes Habilitados, para verificação do atendimento das condições fixadas no edital.

18.3 Será inabilitada a licitante que deixar de atender alguma exigência constante do presente Edital e seus anexos;

18.4 O julgamento se dará pelo tipo “MENOR VALOR DA TARIFA PROPOSTA DO SERVIÇO PÚBLICO A SER PRESTADO,” e a Comissão de Licitações julgará e classificará as propostas, formuladas conforme a cláusula 17 do presente Edital, pelo critério de “Menor Valor de Tarifa”.

18.4.1 Serão desclassificadas as propostas:

- a) Desconformes, que não atendam a todas as exigências do ato convocatório;
- b) Com preços e vantagens baseadas nas ofertas dos demais licitantes;
- c) Com preço de Tarifa superior ao valor orçado pela PREFEITURA MUNICIPAL DA BIRIGUI/SP no item 9.1 deste edital ou com preços manifestamente inexequíveis nos termos do inciso II do art. 48 da Lei de Licitações;
- d) Consideram-se manifestamente inexequíveis as propostas cujos valores sejam inferiores a 70% (setenta por cento) do menor dos seguintes valores (Art. 48 § 1º da Lei 8.666/93);



d.1) Média aritmética dos valores das propostas superiores a 50% (cinquenta por cento) do preço de tarifa orçada pela PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRIGUI; ou

d.2) Preço de tarifa orçada pela PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRIGUI;

d.3) Que, para sua viabilização, necessite de vantagens ou subsídios que não estejam previamente autorizados em lei e à disposição de todos os concorrentes, a exemplo de qualquer tipo de tratamento tributário diferenciado, ainda que em consequência da natureza jurídica do licitante, comprometedor da isonomia fiscal entre os concorrentes.

18.4.2 As propostas conformes serão classificadas em ordem crescente de Preço proposto.

18.4.3 Havendo empate entre duas ou mais propostas, a classificação será feita, obrigatoriamente, por sorteio em ato público para o qual todas as licitantes classificadas serão convocadas. (Art. 45 § 2º da Lei 8.666/93), ressaltando os moldes previstos nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006;

18.4.3.1 Será classificada em primeiro lugar a empresa habilitada que apresentar a melhor proposta, resguardado o direito da microempresa e/ou empresa de pequeno porte privilegiado pela Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, respeitando como preço máximo o valor estabelecido neste Edital.

18.5 Não haverá oferecimento de lances, devido à natureza dos investimentos previstos nos Quadros 4 e 5 da Cláusula 8 do presente Edital. Precedente: Acórdão nº 1540/2014, do Plenário do TCU.

18.6 A Comissão de Licitações dará ciência aos interessados do resultado da HABILITAÇÃO e do julgamento das Propostas, inclusive dos motivos que deram causa a eventuais inabilitações e desclassificações, na própria sessão e, se não presentes todos os representantes das licitantes, por meio de publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo.

18.7 A licitação será processada e julgada com observância dos seguintes procedimentos:

I - abertura dos envelopes contendo a documentação relativa à habilitação dos concorrentes, e sua apreciação;

II - devolução dos envelopes fechados aos concorrentes inabilitados, contendo as respectivas propostas, desde que não tenha havido recurso ou após sua denegação;

III - abertura dos envelopes contendo as propostas dos concorrentes habilitados, desde que transcorrido o prazo sem interposição de recurso, ou tenha havido desistência expressa, ou após o julgamento dos recursos interpostos;

IV - verificação da conformidade de cada proposta com os requisitos do edital e, conforme o caso, com os preços correntes no mercado ou fixados por órgão oficial competente, ou ainda com os constantes do sistema de registro de preços, os quais deverão ser devidamente registrados na ata de julgamento, promovendo-se a desclassificação das propostas desconformes ou incompatíveis;



V - julgamento e classificação das propostas de acordo com os critérios de avaliação constantes do edital;

VI - deliberação da autoridade competente quanto à homologação e adjudicação do objeto da licitação.

18.7.1 É facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.

18.8 Em se tratando de **microempresas e empresas de pequeno porte**, deverá ser apresentada toda a documentação exigida na cláusula quinta deste edital, porém, serão declaradas HABILITADAS mesmo que apresentem alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal. A que for declarada vencedora do certame, terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis a partir da ciência do julgamento para apresentar a devida regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa, nos termos da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006.

18.8.1 Em se tratando de empresas que não se enquadrem no subitem anterior a apresentação da documentação constante do envelope nº 01 em desacordo com o previsto na cláusula quinta deste edital acarretará sua INABILITAÇÃO.

18.9 A Administração não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos no momento da verificação. Ocorrendo essa indisponibilidade e não sendo apresentados os documentos alcançados pela verificação, a licitante será inabilitada.

19- DOS RECURSOS

19.1 Serão permitidos na presente licitação todos os recursos constantes no art. 109 da Lei 8.666/93, observados os prazos e condições nele estabelecidos (Art. 40, XV - Lei 8.666/93).

19.2 Os recursos, deverão ser interpostos por escrito, dirigidos ao Sr. Prefeito da PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRIGUI/SP e protocolados no Departamento de Materiais/Seção de Licitações, em 5 (cinco) dias úteis, a contar da publicação do extrato da decisão no Diário Oficial do Estado de São Paulo, até as 13:00 horas, na Rua Santos Dumont, 28, Centro -Birigui/SP, ou por meio de “fac-símile”, pelo fax nº (18) 3643.6139.

19.3 Os originais dos recursos interpostos via "fac-símile", deverão ser entregues até às 13:00 horas do terceiro dia útil após a data de envio do mesmo.

20 - DA HOMOLOGAÇÃO, ADJUDICAÇÃO, REVOGAÇÃO OU ANULAÇÃO:

20.1 Publicada a decisão, observado o prazo recursal quanto for o caso, serão os autos encaminhados à autoridade competente, para as providências de sua alçada.



20.2 Proclamado o resultado final do certame, conforme a cláusula 18 do presente Edital, o objeto será adjudicado ao vencedor nas condições por ele ofertadas.

20.3 A qualquer tempo esta licitação poderá ser anulada ou revogada, com amparo na legislação que rege o presente certame.

21 - ASSINATURA DO CONTRATO DE CONCESSÃO:

21.1 A Administração convocará a ADJUDICATÁRIA aprovada no procedimento da Cláusula 4.3 deste Edital para, no prazo máximo de 10 (dez) dias (prorrogável uma única vez, na forma do § 1º do art. 64 da Lei Federal 8.666/93), cumprir com as condições necessárias à assinatura do Contrato de Concessão, bem como firmá-lo.

21.2 Se, dentro do prazo, o convocado não assinar o Contrato, a Administração, na forma dos arts. 64 da Lei Federal 8.666/93, poderá convocar as Licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do Contrato, em igual prazo e condições impostas ao primeiro classificado, ou, então, revogar a licitação, sem prejuízo da aplicação das penalidades de multa administrativa fixada em 02% (dois por cento) do valor total de investimentos da Cláusula 8.1 deste edital e de suspensão de participar em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Birigui, por dois anos, observado o devido processo administrativo.

21.3 As transferências de concessão ou de controle societário serão regidas pelo artigo 32 da Lei Complementar Municipal nº 60/2014, bem como as demais legislações vigentes e aplicáveis, observadas as disposições contratuais a respeito.

21.4 Somente no caso de empresa em situação de recuperação judicial, será exigida apresentação de cópia do ato de nomeação do administrador-judicial da Contratada, ou se o administrador for pessoa jurídica, o nome do profissional responsável pela condução do processo e, ainda, declaração recente, último relatório ou documento equivalente do juízo ou do administrador, de que a LICITANTE está cumprindo o plano de recuperação judicial.

21.5 Somente no caso de empresa em situação de recuperação extrajudicial, será exigida apresentação de comprovação documental de que está cumprindo as obrigações do plano de recuperação extrajudicial.

22 - DAS PENALIDADES

22.1 Sem prejuízo da responsabilidade civil e penal, bem como das demais sanções cabíveis de acordo com o previsto neste contrato e na legislação de regência, as infrações às disposições contratuais serão punidas, alternativa ou cumulativamente, assegurados o contraditório e a ampla defesa dos interessados, com as seguintes sanções e penalidades, a serem aplicadas de modo proporcional à gravidade da falta que as gerou (Art. 40, III - Lei 8.666/93):



22.1.1 Advertência escrita, a ser aplicada para infrações leves que, por si só, não ensejem a rescisão do contrato ou sanção mais severa, exceto quanto às multas de execução que serão aplicadas concomitantemente.

22.1.2 Multa a ser aplicada nos montantes abaixo relacionadas:

- a) multa de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), em caso de não fazer cessar o motivo da aplicação da advertência; em caso de reincidência na infração de natureza leve constante do item 10.1.1 deste Contrato, a multa será em dobro;
- b) multa de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), por infração média, por dia, no caso descumprimento das obrigações contratuais, cobrada em dobro nas reincidências, por desobediência às determinações da CONCEDENTE que possam colocar em risco a segurança dos usuários, ou por descumprimento de obrigações contratuais, bem como as regimentais, decorrentes de incidentes na prestação dos serviços, em virtude de ação ou operação deliberada que venha causar transtornos à regularidade operacional no Transporte Coletivo e/ou ao trânsito do Município;
- c) multa de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), por infração grave, por dia, cobrada em dobro quando houver a reincidência, decorrente de atitudes que coloquem em risco a continuidade da prestação dos serviços, ou por prática de cobranças de tarifas diferentes das autorizadas; por não aceitação dos instrumentos de cobrança tarifárias utilizadas no Sistema de Transporte Coletivo Urbano do Município; por redução da frota vinculada ao serviço sem autorização e conhecimento da CONCEDENTE;
- d) multa de 20% sobre o valor total do contrato, cobrada proporcionalmente à data da rescisão, pela inexecução total ou parcial do ajuste, por culpa da Concessionária, apurado em regular processo administrativo;
- e) Pelo descumprimento das cláusulas 8.2.1 e 8.2.6 do instrumento convocatório e de exigências formalizadas pelos fiscais e gestores do contrato, acerca da observância de normas técnicas de segurança e saúde no trabalho adequadas, multa de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) a cada constatação, acrescida de multa no importe de R\$1.000,00 (um mil reais) por infração às referidas normas, sem prejuízo das demais sanções contratuais, conforme o caso.

22.1.2.1 Definições dos enquadramentos e suas classificações em GRAVES, MÉDIAS E LEVES, valores atribuídos as multas, constam do Anexo XV do Edital, parte integrante do presente contrato, sem prejuízo do disposto no 10.1.2.

22.1.3 Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos, nos termos do artigo 87 e seguintes da Lei de Licitações e demais normativos aplicáveis, quando a infração contratual apresentar gravidade que decorra do descumprimento de normas municipais ou cause prejuízo à população.



22.1.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos do artigo 87 e seguintes da Lei de Licitações e demais normativos aplicáveis, quando a infração contratual apresentar, além da hipótese prevista no subitem 10.1.2, lesão a normas penais ou cujo comportamento seja imoral ou inidôneo.

22.2 As penalidades são independentes entre si e a aplicação de uma não exclui as das outras.

23 - BENS REVERSÍVEIS (LEI 8.987/95, ART. 18, X)

23.1 São bens reversíveis, amortizados no preço da tarifa durante o prazo da concessão, os recebidos no auto da outorga, bem como os a seguir relacionados, constantes dos Anexos IX:

a) Ponto de Paradas: Pontos do tipo “A”, Pontos do tipo “B” e Pontos do tipo “C”;

b) Terminal Rodoviário Pedro Sanchez Y Sanchez, localizado no bairro Morumbi;

c) Mini-terminal da Praça João Arsênio Vieira , localizado no centro.

23.2 Todos os demais bens relacionados na proposta vencedora da licitação, necessários à prestação dos serviços, bem como aqueles da mesma natureza incorporados durante a execução contratual, não se vinculam à presente Concessão.

23.3 Igualmente são bens reversíveis da Concessão aqueles provenientes de desapropriações, obras e benfeitorias públicas relacionadas com a prestação do serviço e necessárias ao melhor desenvolvimento do objeto da Concessão, que serão devidamente justificadas.

23.4 Os bens imóveis, obras e benfeitorias, relacionados ao objeto do Contrato, integrar-se-ão à Concessão e reverterão ao patrimônio municipal após o encerramento do contrato.

24. DESAPROPRIAÇÕES (LEI 8.987/95, ART. 18, XII)

24.1 Caso seja necessário à construção dos terminais, estações de integração ou abrigos, caberá ao PODER CONCEDENTE o ônus de desapropriar os locais destinados à sua implantação.

25. VALE-TRANSPORTE, PASSES E CRÉDITOS ELETRÔNICOS

25.1 Caberá à Concessionária selecionada emitir e comercializar o vale-transporte, os passes e os demais créditos eletrônicos para uso em sua Concessão, compatibilizando esse serviço com a cobrança eletrônica a ser implantada e os critérios previstos no Edital.

25.2 A Concessionária contratada poderá iniciar a venda de seus vale-transporte, passes e créditos eletrônicos 30 (trinta) dias antes do início de suas operações.

25.3 Após o início da operação com a Concessionária selecionada, os passes antigos ainda remanescentes terão validade por mais 30 (trinta) dias, apenas para a sua troca pelos novos passes, e resgate em dinheiro junto à Operadora anterior.



26. DISPOSIÇÕES GERAIS

26.1 Nos casos de omissão do presente Edital, prevalecerão os termos da Lei 8.987/95 e 8.666/93 naquilo que lhes for pertinente, da Lei Complementar Municipal nº 60/2014 e todas as disposições constitucionais cabíveis e os princípios gerais do direito.

26.2 O Comunicado de Abertura de Licitação, bem como o resultado do presente certame será divulgado através de publicação no Diário Oficial do Estado, em jornal de grande circulação regional e sítio virtual da Prefeitura Municipal de Birigui, endereço: www.birigui.sp.gov.br.

26.3 Os demais atos pertinentes, como intimações, comunicados e outros relativos à licitante presente, quando necessários serão formalizados através de publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo.

26.4 Fica eleito, o Foro da Comarca de Birigui - SP, para dirimir as divergências, não resolvidas na esfera Administrativa, tanto para a fase licitatória, como para o período da Concessão.

Prefeitura Municipal de Birigui, aos vinte dias de setembro de dois mil e dezesseis.

Andréia Cristina Possetti Melo
CHEFE DA SEÇÃO DE LICITAÇÕES

Bernadete Ferrette Fávero Zen
DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE MATERIAIS

Adão Donizete Panini
SECRETÁRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA

= V I S T O =

Pedro Felício Estrada Bernabé
PREFEITO MUNICIPAL